

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	96.227
Preferenciais	0
Total	96.227
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	748.489	809.379
1.01	Ativo Circulante	23.008	31.610
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	136	2.640
1.01.03	Contas a Receber	22.320	28.880
1.01.03.01	Clientes	20	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.300	28.880
1.01.06	Tributos a Recuperar	27	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	525	90
1.02	Ativo Não Circulante	725.481	777.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.013	36.582
1.02.01.04	Contas a Receber	33.529	34.027
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	33.529	34.027
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.484	2.555
1.02.02	Investimentos	684.114	741.077
1.02.03	Imobilizado	354	110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	748.489	809.379
2.01	Passivo Circulante	29.016	71.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	536	282
2.01.03	Obrigações Fiscais	527	930
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.748	58.221
2.01.05	Outras Obrigações	7.205	12.220
2.01.05.02	Outros	7.205	12.220
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	5	4.930
2.01.05.02.05	Títulos a Pagar	7.200	7.290
2.02	Passivo Não Circulante	34.873	41.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	13.207
2.02.02	Outras Obrigações	538	98
2.02.02.02	Outros	538	98
2.02.04	Provisões	34.335	28.357
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.335	28.357
2.03	Patrimônio Líquido	684.600	696.064
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.04	Reservas de Lucros	1.038	15.827
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.325	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27	54	0	0
3.01.01	Receita Líquida de vendas	27	54	0	0
3.03	Resultado Bruto	27	54	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.220	2.496	-8.651	17.787
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.825	-8.819	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.383	-6.105	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.988	17.420	-8.651	17.787
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.193	2.550	-8.651	17.787
3.06	Resultado Financeiro	5.569	-3.814	3.524	485
3.06.01	Receitas Financeiras	5.009	5.009	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	560	-8.823	3.524	485
3.06.02.01	Despesas financeiras	560	-8.823	-3.902	-5.061
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	0	0	7.426	5.546
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.376	-1.264	-5.127	18.272
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-366	4.589	0	0
3.08.01	Corrente	-340	-340	0	0
3.08.02	Diferido	-26	4.929	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.010	3.325	-5.127	18.272
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0313	0,0346	1,3016	4,6387
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0313	0,0346	1,3016	4,6387

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.324	-304
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.570	-304
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-1.264	18.272
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.420	-17.787
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	17	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	5.795	-789
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	4.507	0
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	1.795	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.687	0
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-20	0
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-27	0
6.01.02.05	Títulos a receber	5.283	0
6.01.02.10	Outros Ativos	-401	0
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	254	0
6.01.02.15	Tributos a recolher	-743	0
6.01.02.17	Títulos a pagar	341	0
6.01.03	Outros	-5.441	0
6.01.03.02	Juros pagos	-5.441	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-295	304
6.02.05	Aquisição de Imobilizado	-295	0
6.02.07	Recursos aplicados em contrato de Mútuo	0	304
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.115	0
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-49.554	0
6.03.15	Dividendos pagos	-19.714	0
6.03.16	Recebimento de partes relacionadas, líquidos	74.383	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.504	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.640	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	136	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.789	0	0	-14.789
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.789	0	0	-14.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.325	0	3.325
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.325	0	3.325
5.07	Saldos Finais	673.588	0	1.038	3.325	6.649	684.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.272	0	18.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.272	0	18.272
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	1.005	0	674.593

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	270	0
7.01.02	Outras Receitas	270	0
7.01.02.01	Receita de Arrendamento	60	0
7.01.02.02	Outras Receitas	210	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.141	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.383	0
7.02.04	Outros	-10.758	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.871	0
7.04	Retenções	-17	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-12.888	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.429	17.787
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.420	17.787
7.06.02	Receitas Financeiras	5.009	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.541	17.787
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.541	17.787
7.08.01	Pessoal	2.506	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.513	0
7.08.01.02	Benefícios	-7	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.234	522
7.08.02.01	Federais	-5.311	522
7.08.02.02	Estaduais	9	0
7.08.02.03	Municipais	68	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.944	-1.007
7.08.03.01	Juros	7.590	-1.007
7.08.03.02	Aluguéis	316	0
7.08.03.03	Outras	1.038	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.325	18.272
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.325	18.272

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	968.794	1.010.636
1.01	Ativo Circulante	51.339	94.086
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.730	23.215
1.01.03	Contas a Receber	23.152	61.674
1.01.03.01	Clientes	383	32.326
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.769	29.348
1.01.04	Estoques	0	2
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.534	8.847
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.534	8.847
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	1.534	4.589
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	4.258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	923	348
1.02	Ativo Não Circulante	917.455	916.550
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.928	54.331
1.02.01.04	Contas a Receber	33.679	34.027
1.02.01.04.01	Clientes	150	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	33.529	34.027
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.484	2.555
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.765	17.749
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	16.604	17.622
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	161	127
1.02.02	Investimentos	813.110	811.605
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	813.110	811.605
1.02.03	Imobilizado	46.417	50.614

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	968.794	1.010.636
2.01	Passivo Circulante	57.291	84.859
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.062	511
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.354	8.827
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.178	59.087
2.01.05	Outras Obrigações	30.697	16.434
2.01.05.02	Outros	30.697	16.434
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5	4.930
2.01.05.02.04	Tributos Parcelados	212	228
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	19.804	3.623
2.01.05.02.06	Titulos a Pagar	10.676	7.653
2.02	Passivo Não Circulante	226.903	229.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	13.280
2.02.02	Outras Obrigações	70.360	69.116
2.02.02.02	Outros	70.360	69.116
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	87	264
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	68.613	67.634
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	1.660	1.218
2.02.03	Tributos Diferidos	117.681	114.501
2.02.04	Provisões	38.862	32.816
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38.862	32.816
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	684.600	696.064
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.04	Reservas de Lucros	1.038	15.827
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.325	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.879	46.596	2.921	41.113
3.01.01	Receita líquida de vendas	549	1.276	36.613	41.113
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	0	0	-33.692	0
3.01.03	Receita de Arrendamento	22.330	45.320	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.961	-3.431	-2.787	-2.852
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-1.961	-3.431	-2.787	-2.852
3.03	Resultado Bruto	20.918	43.165	134	38.261
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.228	-24.358	-9.785	-8.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.089	-17.294	-3.779	-4.430
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-11.089	-17.294	-3.779	-4.430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.139	-7.064	-6.006	-3.705
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	-1.139	-7.064	-6.006	-3.705
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.690	18.807	-9.651	30.126
3.06	Resultado Financeiro	-3.226	-10.445	3.698	935
3.06.01	Receitas Financeiras	1.130	1.742	45	266
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.356	-12.187	3.653	669
3.06.02.01	Despesas financeiras	-4.356	-12.187	-3.773	-4.877
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	0	0	7.426	5.546
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.464	8.362	-5.953	31.061
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.454	-5.037	826	-12.789
3.08.01	Corrente	-1.677	-6.786	0	0
3.08.02	Diferido	-777	1.749	826	-12.789
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.010	3.325	-5.127	18.272
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.010	3.325	-5.127	18.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.010	3.325	-5.127	18.272
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.010	3.325	-5.127	18.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	72.694	42.316
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.750	38.217
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	8.362	31.061
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	2.953	2.193
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	0	48
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	9.093	-1.302
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	4.331	6.414
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	1.795	0
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	216	-197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	56.460	9.124
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	31.597	4.157
6.01.02.02	Estoques	-2	1.398
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	4.720	-826
6.01.02.05	Títulos a Receber	5.262	2
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-34	-1.181
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	0	-66
6.01.02.10	Outros ativos	-536	-47
6.01.02.11	Fornecedores	0	26
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	14.167	0
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	551	127
6.01.02.15	Tributos a recolher	-2.720	2.667
6.01.02.17	Títulos a pagar	3.455	2.867
6.01.03	Outros	-10.516	-5.025
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.930	0
6.01.03.02	Juros pagos	-5.586	-5.025
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-295	-39.483
6.02.05	Aquisição de Imobilizado	-295	0
6.02.06	Aquisição de Intangível	0	-869
6.02.09	Recursos aplicados em contratos de Mútuo	0	-38.614
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.884	-14.049
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-49.977	-11.192
6.03.13	Adesão tributos parcelados	-193	-2.857
6.03.15	Dividendos pagos	-19.714	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.515	-11.216
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.215	34.198
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.730	22.982

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064	0	696.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	0	15.827	0	6.649	696.064	0	696.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.789	0	0	-14.789	0	-14.789
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.789	0	0	-14.789	0	-14.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.325	0	3.325	0	3.325
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.325	0	3.325	0	3.325
5.07	Saldos Finais	673.588	0	1.038	3.325	6.649	684.600	0	684.600

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	397.390	9.703	27.398	0	214.179	648.670	0	648.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	276.198	-9.703	-27.398	-17.267	-214.179	7.651	0	7.651
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.862	0	0	-23.862	0	-23.862
5.04.08	Adequação da estrutura de Capital para reorganização societária	-397.390	-9.703	-3.536	-17.267	-214.179	-642.075	0	-642.075
5.04.09	Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	673.588	0	0	0	0	673.588	0	673.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.272	0	18.272	0	18.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.272	0	18.272	0	18.272
5.07	Saldos Finais	673.588	0	0	1.005	0	674.593	0	674.593

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	51.919	44.203
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.624	41.113
7.01.02	Outras Receitas	50.295	3.090
7.01.02.01	Receita de Arrendamento	49.928	0
7.01.02.02	Outras receitas	302	2.893
7.01.02.05	Abatimentos e devolução de vendas	-151	0
7.01.02.06	Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	216	197
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.261	-11.645
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.010	-3.465
7.02.04	Outros	-12.251	-8.180
7.02.04.06	Outras despesas	-12.251	-8.180
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.658	32.558
7.04	Retenções	-2.953	-2.193
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.953	-2.193
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.705	30.365
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.742	815
7.06.02	Receitas Financeiras	1.742	815
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.447	31.180
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.447	31.180
7.08.01	Pessoal	3.910	177
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.737	167
7.08.01.02	Benefícios	110	7
7.08.01.03	F.G.T.S.	63	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.941	13.382
7.08.02.01	Federais	9.784	13.325
7.08.02.02	Estaduais	89	54
7.08.02.03	Municipais	68	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.271	-651
7.08.03.01	Juros	10.888	-651
7.08.03.02	Aluguéis	337	0
7.08.03.03	Outras	1.046	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.325	18.272
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.325	18.272

Comentário do Desempenho

1. Mensagem da Administração

As operações da Terra Santa Propriedades Agrícolas compreendem a gestão de terras, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária Terra Santa Agro, bem como a exploração de manejo florestal sustentável. O valor dos arrendamentos é recebido anualmente, no último dia útil de abril, e reconhecido linearmente no balanço no período de setembro a agosto. No final de abril de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 95,9 milhões, correspondente ao ano safra de 2021/22, o qual vem sendo reconhecido no balanço desde setembro de 2021 e, o valor remanescente de R\$ 16 milhões, referentes aos meses de julho e agosto de 2022, que estão alocados na conta “adiantamento de cliente” do Balanço Patrimonial.

No primeiro semestre de 2022, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 46,6 milhões, sendo (i) R\$ 43,5 milhões provenientes da apropriação de 6/12 da receita de arrendamento da safra 2021/22; (ii) R\$ 1,7 milhão da apropriação do adiantamento do arrendamento; (iii) R\$ 1,3 milhão referente a venda de madeira fruto do manejo florestal; e (iv) R\$ 133 mil, fruto do alugueis do escritório de Nova Mutum e do armazém de Rosário do Sul.

Os gastos incorridos no período totalizaram R\$ 27,8 milhões, sendo (i) 16,3 milhões de despesas não recorrentes que tem a sua maioria originadas na Terra Santa Agro ou na estruturação que resultou na atual Companhia, (ii) R\$ 8,0 milhões de despesas recorrentes, das quais R\$ 7,6 milhões referem-se aos gastos gerais e administrativos para a manutenção do negócio e R\$ 448 mil estão diretamente relacionadas as atividades de manejo florestal sustentável e (iii) R\$ 3,4 milhões referentes ao CPV, sendo que R\$ 2,9 milhões refere-se à depreciação apropriada ao custo e R\$ 500 mil ao ITR. Com isso, a Companhia registrou, no período, um EBITDA Ajustado às despesas não recorrentes de R\$ 38,1 milhões.

O resultado financeiro, por sua vez, apresentou um resultado negativo R\$ 10,5 milhões, sendo (i) R\$ 5,3 milhões de juros sobre financiamentos e taxa de liquidação antecipada de dívidas, apenas como referência a dívida bruta da Companhia em junho de 2022 é de R\$ 21,2 milhões contra um valor de R\$ 72,4 milhões em dezembro de 2021; (ii) R\$

Comentário do Desempenho

3,0 milhões de juros sobre adiantamentos de clientes, refere-se ao ajuste ao valor presente do adiantamento do arrendamento, com efeito não caixa; (iii) R\$ 1,7 milhão de atualização monetária sobre contingências; (iv) R\$ 1,8 milhão de ajuste a valor presente das contas que constam no balanço da Terra Santa Agro por conta do acordo de associação com SLC Agrícola, com efeito não caixa.

Com isso, a Companhia encerrou o semestre com um lucro líquido de R\$ 3,2 milhões e um caixa líquido de R\$ 4,5 milhões.

Notas Explicativas

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias	
1 Informações gerais	9
2 Base de preparação	14
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	22
4 Caixa e equivalentes de caixa	25
5 Contas a receber de clientes	25
6 Títulos a receber	27
7 Tributos a recuperar (Consolidado)	28
8 Imposto de renda e contribuição social	29
9 Partes relacionadas	32
10 Investimentos (Controladora)	33
11 Propriedades para investimento (Consolidado)	34
12 Imobilizado	35
13 Empréstimos e financiamentos	38
14 Outros tributos a recolher	40
15 Tributos parcelados (Consolidado)	40
16 Provisão para contingências	40
17 Adiantamentos de clientes	45
18 Títulos a pagar	46
19 Patrimônio líquido	47
20 Instrumentos financeiros	48
21 Receita líquida	52
22 Custos e despesas por natureza	54
23 Resultado financeiro	56
24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa	57
25 Resultado por ação	57
26 Compromissos	57
27 Informação por segmento	58

Notas Explicativas

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021			30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	136	2.640	25.730	23.215	Empréstimos e financiamentos	13	20.748	58.221	21.178	59.087
Contas a receber de clientes	5	20		383	32.326	Tributos parcelados	15			212	228
Títulos a receber	6	22.300	28.880	22.769	29.348	Dividendos a pagar	19.2	5	4.930	5	4.930
Estoques					2	Adiantamentos de clientes	17			19.804	3.623
Tributos a recuperar	7	27		1.534	4.589	Títulos a pagar	18	7.200	7.290	10.676	7.653
Imposto de renda e contribuição social a recuperar					4.258	Tributos sobre o lucro a recolher	8.1	340		1.677	4.654
Outros ativos		525	90	923	348	Outros tributos a recolher	14	187	930	2.677	4.173
		<u>23.008</u>	<u>31.610</u>	<u>51.339</u>	<u>94.086</u>	Outras obrigações		<u>536</u>	<u>282</u>	<u>1.062</u>	<u>511</u>
								<u>29.016</u>	<u>71.653</u>	<u>57.291</u>	<u>84.859</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	13		13.207		13.280
Contas a receber de clientes	5			150		Tributos parcelados	15			87	264
Títulos a receber	6	33.529	34.027	33.529	34.027	Adiantamentos de clientes	17			68.613	67.634
Tributos a recuperar	7			16.604	17.622	Títulos a pagar	18	538	98	1.660	1.218
Tributos diferidos	8.2	7.484	2.555	7.484	2.555	Tributos diferidos	8.2			117.681	114.501
Depósitos judiciais	16.1			161	127	Provisão para contingências	16	34.335	28.357	38.862	32.816
		<u>41.013</u>	<u>36.582</u>	<u>57.928</u>	<u>54.331</u>			<u>34.873</u>	<u>41.662</u>	<u>226.903</u>	<u>229.713</u>
Propriedades para investimento	11			813.110	811.605	Total do passivo		<u>63.889</u>	<u>113.315</u>	<u>284.194</u>	<u>314.572</u>
Investimentos	10	684.114	741.077								
Imobilizado	12	354	110	46.417	50.614	Patrimônio líquido	19				
		<u>725.481</u>	<u>777.769</u>	<u>917.455</u>	<u>916.550</u>	Capital social	19.1	673.588	673.588	673.588	673.588
						Reserva de lucro		1.038	15.827	1.038	15.827
						Lucros acumulados	19.2	3.325		3.325	
						Ajustes de avaliação patrimonial		6.649	6.649	6.649	6.649
						Total do patrimônio líquido		<u>684.600</u>	<u>696.064</u>	<u>684.600</u>	<u>696.064</u>
Total do ativo		<u>748.489</u>	<u>809.379</u>	<u>968.794</u>	<u>1.010.636</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>748.489</u>	<u>809.379</u>	<u>968.794</u>	<u>1.010.636</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Controladora			
		2022		2021	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita líquida de vendas	21	27	54		
Lucro bruto		27	54		
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(4.825)	(8.819)		
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.988	17.420	(8.651)	17.787
Outras despesas, líquidas		(1.383)	(6.105)		
		(2.220)	2.496	(8.651)	17.787
Lucro operacional		(2.193)	2.550	(8.651)	17.787
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		5.009	5.009		
Despesas financeiras		560	(8.823)	(3.902)	(5.061)
Variação cambial, líquida				7.426	5.546
		5.569	(3.814)	3.524	485
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.376	(1.264)	(5.127)	18.272
Imposto de renda e contribuição social	8.3				
Do exercício		(340)	(340)		
Diferidos		(26)	4.929		
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.010	3.325	(5.127)	18.272

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Consolidado			
		2022		2021	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita líquida de venda de produtos agrícolas	21	549	1.276	36.613	41.113
Receita líquida de arrendamento	21	22.330	45.320		
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	22			(33.692)	
Custo dos produtos vendidos	22	(1.961)	(3.431)	(2.787)	(2.852)
Lucro bruto		20.918	43.165	134	38.261
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(11.089)	(17.294)	(3.779)	(4.430)
Outras despesas (receitas) líquidas	22	(1.139)	(7.064)	(6.006)	(3.705)
		(12.228)	(24.358)	(9.785)	(8.135)
Lucro operacional		8.690	18.807	(9.651)	30.126
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		1.130	1.742	45	266
Despesas financeiras		(4.356)	(12.187)	(3.773)	(4.877)
Variação cambial, líquida				7.426	5.546
		(3.226)	(10.445)	3.698	935
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.464	8.362	(5.953)	31.061
Imposto de renda e contribuição social	8.3				
Correntes		(1.677)	(6.786)		
Diferidos		(777)	1.749	826	(12.789)
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.010	3.325	(5.127)	18.272
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	25	0,0313	0,0346	(1,3016)	4,6387

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido (prejuízo) do período	3.010	3.325	(5.127)	18.272
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	3.010	3.325	(5.127)	18.272

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a disposição da assembleia			
Em 1º de janeiro de 2021		397.390	9.703	1.768	1.768	23.862	214.179	648.670	
Distribuição de dividendos						(23.862)		(23.862)	
Lucro líquido do período							17.267	17.267	
Patrimônio líquido em 28 de fevereiro de 2021, antes da reorganização societária	1.2	397.390	9.703	1.768	1.768		214.179	642.075	
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	1.2	(397.390)	(9.703)	(1.768)	(1.768)		(214.179)	(642.075)	
Integralização de acervo líquido na reorganização de capital	1.2	673.588						673.588	
Lucro líquido do período							1.005	1.005	
Em 30 de junho de 2021		673.588					1.005	674.593	
Em 1º de janeiro de 2022		673.588		1.038		14.789	6.649	696.064	
Distribuição de dividendos	19.2					(14.789)		(14.789)	
Lucro líquido do período							3.325	3.325	
Em 30 de junho de 2022		673.588		1.038			6.649	684.600	

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.264)	18.272	8.362	31.061
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	17		2.953	2.193
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado				48
Resultado da equivalência patrimonial	(17.420)	(17.787)		
Provisão para contingências	4.507		4.331	6.414
Reversão (provisão) de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis			216	(197)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	1.795		1.795	
Juros e variações cambiais, líquidos	5.795	(789)	9.093	(1.302)
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(20)		31.597	4.157
Títulos a receber	5.283		5.262	2
Estoques			(2)	1.398
Tributos a recuperar	(27)		4.720	(826)
Outros ativos	(398)		(536)	(47)
Depósitos judiciais			(34)	(1.181)
Salários e contribuições sociais	254		551	127
Fornecedores				26
Tributos a recolher	(743)		(2.720)	2.667
Adiantamentos de clientes			14.167	
Pagamentos de demandas judiciais				(66)
Títulos a pagar	341		3.455	2.867
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.880)	(304)	83.210	47.341
Imposto de renda e contribuição social pagos			(4.930)	
Juros pagos	(5.441)		(5.586)	(5.025)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(7.321)	(304)	72.694	42.316
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recursos aplicados (gerados) em contratos de mútuo		304		(38.614)
Aquisição de imobilizado	(295)		(295)	
Aquisição de intangível				(869)
Aquisição de investimentos	(3)			
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(298)	304	(295)	(39.483)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(49.554)		(49.977)	(11.192)
Dividendos pagos	(19.714)		(19.714)	
Recebimento de partes relacionadas, líquidos	74.383			
Pagamento tributos parcelados			(193)	(2.857)
Caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	5.115		(69.884)	(14.049)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquida	(2.504)		2.515	(11.216)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.640		23.215	34.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	136		25.730	22.982

As transações e movimentações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa, estão divulgadas na Nota 24.

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços			1.624	41.113
Receita de arrendamentos	60		49.928	
Outras receitas	210		302	2.893
Abatimentos e devolução de vendas			(151)	
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis			216	197
	<u>270</u>		<u>51.919</u>	<u>44.203</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.383)		(9.010)	(3.465)
Outras despesas	(10.758)		(12.251)	(8.180)
	<u>(13.141)</u>		<u>(21.261)</u>	<u>(11.645)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(12.871)</u>		<u>30.658</u>	<u>32.558</u>
Depreciação e amortização	(17)		(2.953)	(2.193)
	<u>(12.888)</u>		<u>27.705</u>	<u>30.365</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	17.420	17.787		
Receitas financeiras	5.009		1.742	815
	<u>9.541</u>	<u>17.787</u>	<u>29.447</u>	<u>31.180</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	2.513		3.737	167
Benefícios	(7)		110	7
FGTS			63	3
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(382)	522	11.533	536
Estaduais	9		89	54
Municipais	68		68	3
Diferidos	(4.929)		(1.749)	12.789
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	7.590	(1.007)	10.888	(651)
Outras despesas	1.038		1.046	
Aluguéis e arrendamentos	316		337	
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	3.325	18.272	3.325	18.272
	<u>9.541</u>	<u>17.787</u>	<u>29.447</u>	<u>31.180</u>
Valor adicionado distribuído				

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia" ou "TS Agro") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, no endereço Praça General Gentil Falcão, 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções. Em 30 de junho de 2021, a razão social da Companhia foi alterada de TS Agro S.A. para Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Conforme mencionado na Nota 1.2 - Reorganização Societária, a Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 com o objetivo de viabilizar a reorganização societária da sua antiga controladora Terra Santa Agro S.A. ("TESA"). Nessa reorganização, em 31 de março de 2021, a Companhia passou a deter 100% das ações da TS Brasil S.A. ("TS Brasil") que, em conjunto com a Companhia constituem o "Grupo".

Em 14 de julho de 2021, a Companhia obteve o registro de "Companhia Aberta" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício-RIC nº 62/2021/CVM/SEP, possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações do Grupo compreendem a gestão de terras correspondentes a 39.189 hectares de área útil, respectivamente, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodozeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária TESA, bem como a exploração de manejo florestal sustentável, com a extração de madeira nativa em áreas de propriedade da TS Brasil.

No primeiro semestre de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações das empresas Fazenda São José S.A. ("São José"), Fazenda Iporanga S.A. ("Iporanga") e Fazenda Boa Vista S.A. ("Boa Vista"), todas não operacionais, as quais serão utilizadas nos planos de segregação das atividades do Grupo.

Ademais, objetivando a segregação, otimização e racionalização das atividades do Grupo, a operação de manejo florestal será executada, a partir do segundo semestre de 2022, pela Companhia através de contrato de comodato a ser celebrado entre a Companhia e a detentora dos imóveis.

1.2 Reorganização societária

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da sua antiga controladora TESA, a qual foi conduzida por seus acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da TESA para a SLC Agrícola S.A. ("SLC"), conforme fato relevante divulgado ao mercado pelas empresas envolvidas, em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas áreas, que antes pertenciam à TESA por intermédio da TS Brasil, não foram parte dessa transação de venda, e foram mantidas no Grupo pelos acionistas.

Como resultado dessa reorganização, a Companhia foi registrada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e faz a gestão das referidas terras e benfeitorias. Durante a reorganização, os acionistas da Companhia são os mesmos acionistas da TESA antes da conclusão da reorganização societária, mantendo a mesma estrutura acionária.

Essa reorganização societária incluiu os seguintes passos:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a TESA e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, objetivando a

Notas Explicativas

aquisição da operação agrícola da TESA pela SLC, por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;

- Em 7 de janeiro de 2021, essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021, foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios (Nota 1.3);
- Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia foi constituída com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados; e
- Em 31 de março de 2021, a TESA integralizou, na Companhia, acervo líquido representado pelos seguintes ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a respectiva emissão de 673.588.731 ações da Companhia. O acervo líquido integralizado é como segue:

Investimento na TS Brasil S.A. (i)	642.075
Mais-valia das terras	192.487
Dívida financeira	(122.516)
Mútuo com parte relacionada	(38.458)
Total do aporte	673.588
Capital Social	397.390
Reservas de Capital	9.703
Reserva legal	1.768
Reserva estatutária	1.768
Ajuste de avaliação patrimonial	214.179
Lucros acumulados (Nota 19.2)	17.267
Total investimento na TS Brasil S.A. (i)	642.075

- Em 28 de abril de 2021, foi aprovada a redução do capital da TESA com a entrega das ações da Companhia para os seus acionistas, a qual estava sujeita ao transcurso do prazo de 60 dias para a oposição de credores, bem como a superação de cumprimento de condições do Acordo, a qual foi efetivada e implementada em 1º de agosto de 2021, quando a TESA deixou de ser controladora da Companhia;
- Em 14 de julho de 2021, foi obtido, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o registro de companhia aberta da Companhia na categoria A e, em 15 de julho de 2021, foi efetivada a listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão;
- Em 1º de agosto de 2021, foram formalizados contratos de arrendamento das terras e benfeitorias controladas do Grupo para a TESA por um prazo de 20 anos, pelo preço de 17 sacas de soja por hectare por ano, sendo essa quantidade revista a cada 3 anos, acrescido do valor de R\$ 70.000 (Nota 17), que foi pago pela TESA em 2 de agosto de 2021, à título de adiantamento de clientes, e que também compõe o preço do referido arrendamento a ser apropriado ao longo do prazo do contrato de forma linear.
- Em 1º de agosto de 2021, também foi efetivado o Acordo (item 1.3), o qual resultou em direitos e obrigações de reembolso para a Companhia, a receber e a pagar da TESA (controladora à época do

Notas Explicativas

Acordo), estimados no montante líquido de R\$ 10.875. Esses direitos e obrigações, originados no Acordo, referem-se a direitos e obrigações originalmente reconhecidos na TESA e que não foram incluídos na transação de venda da operação agrícola pelos acionistas para a SLC, e foram contribuídos ao patrimônio da Companhia pelos acionistas. Nesse contexto, por referir-se à contribuição de ativos e passivos líquidos de acionistas ao patrimônio da Companhia, essa transação foi tratada como uma transação de capital, registrada diretamente no patrimônio líquido.

1.3 Ativos e passivos decorrentes do Acordo de Associação e Outras Avenças

A Companhia e os seus acionistas, no âmbito do Acordo firmado com a SLC, estabeleceram a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a TESA, após a data da efetivação do Acordo, decorrente de perdas provenientes de operações ocorridas no período anterior à data do Acordo.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à TESA, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC na combinação de negócios com a TESA. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela TESA e SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela TESA ou SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da TESA e SLC também se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da Companhia em até cinco dias úteis sempre que (i) o valor líquido de direitos e obrigações ultrapassar R\$ 15.000, ou (ii) em 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro. Excepcionalmente em 30 de abril de 2022, as partes decidiram, de comum acordo, não realizar o referido repasse, uma vez que o valor líquido dos direitos e obrigações se mostraram irrelevantes.

Notas Explicativas

(a) Mensuração dos ativos e passivos

Em 1º de agosto de 2022, data da efetivação do Acordo, bem como em 30 de junho de 2022, esses direitos e obrigações têm a seguinte natureza, e foram estimados nos seguintes montantes:

	1º de agosto de 2021	30 de junho de 2022
Direitos do Acordo		
Títulos pela venda de ativos (i)	4.886	5.071
Tributos a recuperar (ii)	48.048	41.883
Depósitos judiciais (iii)	4.743	4.532
Propriedades para investimentos (iv)	3.109	3.109
	<u>60.786</u>	<u>54.595</u>
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar (v)	(24.538)	(150)
Provisão para contingências (vi)	(25.373)	(34.335)
	<u>(49.911)</u>	<u>(34.485)</u>
Direitos do Acordo, líquidos		
Tributos diferidos sobre o valor líquido	10.875	20.110
	<u>(4.226)</u>	<u>(6.837)</u>
	<u><u>6.649</u></u>	<u><u>13.273</u></u>

Os ativos e passivos originados na contabilização do efeito líquido do Acordo foram reconhecidos em contrapartida da conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, em 1º de julho de 2021, como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da TESA e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas.

Os referidos ativos e passivos não estão sendo apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial da Companhia e do Grupo, considerando não ser provável que o recebimento de ativos e o pagamento dos passivos ocorram no mesmo exercício e, portanto, não será realizada pelo valor líquido.

Os direitos do Acordo, independente da natureza que originou o seu registro original na TESA, foram reconhecidos como Títulos a receber (Nota 6), classificados como instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo através do resultado, a depender das características de cada ativo, considerando que serão liquidados mediante o recebimento de instrumentos financeiros pela Companhia. A mensuração desses ativos é como segue:

- (i) Títulos a receber pela venda de ativos - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o recebimento do instrumento financeiro em período superior a noventa dias e, portanto, avaliado pela diretoria como contendo elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a receber foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. O valor do reconhecimento inicial desses títulos refere-se ao seu valor justo.
- (ii) Tributos a recuperar - Referem-se a créditos tributários de diversas naturezas (PIS, COFINS, IRPF, IRPJ, CSLL e FUNRURAL) que estão reconhecidos contabilmente na TESA, e que serão realizados mediante (i) a compensação com débitos tributários, quando aplicável, e (ii) pedidos de

Notas Explicativas

ressarcimento em dinheiro, a depender da forma de apuração do referido crédito tributário e da legislação aplicável. Conforme determina o Acordo, os montantes realizados pela TESA serão pagos à Companhia mediante a entrega de instrumentos financeiros.

A Companhia, com base na estimativa de aproveitamento desses créditos formulada com base na média histórica de utilização, calculou o valor justo dos referidos instrumentos financeiros utilizando uma taxa de desconto de 8,66% ao ano, e um período médio de realização de 3 anos, a partir da data de efetivação da operação. Também com base nessa estimativa, os referidos títulos a receber foram segregados entre ativos circulante e não circulantes, conforme Nota 6.

- (iii) Depósitos judiciais - Foram efetuados pela TESA para a discussão de ações judiciais cuja responsabilidade pela liquidação da obrigação é da Companhia. Os depósitos judiciais são registrados pelo custo amortizado e o seu valor se aproxima do valor justo na data do seu reconhecimento.
- (iv) Propriedade para investimento - Refere-se a propriedade rural não incluída no acervo líquido integralizado na Companhia e, portanto, mantido em propriedade da TESA. A referida propriedade deverá ser vendida e os recursos financeiros recebidos devem ser enviados à Companhia, conforme determina o Acordo. Esse ativo foi reconhecido pelo seu valor justo na data da efetivação do Acordo, líquido dos encargos estimados na venda.

As obrigações do Acordo foram reconhecidas como Títulos a pagar (Nota 18) e Provisão para contingência (Nota 16), considerando os critérios utilizados para a sua mensuração, a saber:

- (v) Conta a pagar - Referem-se a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o pagamento com a entrega de instrumentos financeiros, em período inferior a um ano e, portanto, avaliado pela diretoria como não contendo nenhum elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a pagar não foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. O valor do reconhecimento inicial desses títulos se aproxima do seu valor justo.
- (vi) Provisão para contingências - A provisão para contingências foi calculada para aquelas ações em que a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Essa estimativa foi calculada pela diretoria, com o apoio de seus assessores legais, considerando as particularidades de cada ação, o conjunto probatório existente e a fase processual em que se encontra cada uma das ações. Essa obrigação está registrada como provisão para contingências. A diretoria decidiu por não constituir qualquer provisão para as ações classificadas como passivos contingentes, haja vista que essas ações têm a probabilidade de perda menor que provável, e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia.

(b) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

A diretoria da Companhia realiza reuniões regulares com a contraparte (SLC e TESA) para a avaliação, acompanhamento e verificação de documentação suporte para as movimentações dos ativos e passivos que compõem o Acordo.

Os efeitos identificados após a efetivação do Acordo, decorrentes da atualização dos saldos, ganhos e perdas não conhecidos no momento da sua efetivação, esperados ou não esperados, são registrados no resultado do período da Companhia.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 5.172 de ativos foi considerado como realizado pela TESA, assim como o montante de R\$ 5.212 de passivos foi considerado como pago, gerando uma obrigação líquida para a Companhia no montante de R\$ 40 conforme composição abaixo:

Direitos do Acordo

Títulos pela venda de ativos (Nota 6)	2.307
Tributos a recuperar (Nota 6)	2.942
Depósitos judiciais (Nota 6)	9
Juros recebidos referente a títulos pela venda de ativos (Nota 23)	369
	<hr/>
	5.627

Obrigações do Acordo

Contas a pagar (Nota 18)	2.955
Reembolso de despesas pagas pela SLC (Nota 22)	2.712
	<hr/>
	5.667
	<hr/>
Obrigação do Acordo, líquidas	40

Os efeitos registrados no resultado do período como despesas operacionais e despesas financeiras, possuem as seguintes naturezas: R\$ 1.795 referente à ajuste a valor presente dos instrumentos financeiros, R\$ 1.471 referente à atualização monetária das contingências e R\$ 4.745 referente à alteração de prognóstico de cinco processos sendo dois trabalhistas, um tributário e dois cíveis, R\$ 238 referente a reversão de provisão de seis processos, por alteração nas perspectivas de êxito ou ganho, sendo quatro trabalhistas, um tributário e um cível, e R\$ 109 referente a reversão de depósitos judiciais de sete processos trabalhistas.

1.4 Efeitos da pandemia provocada pela Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus.

Até 30 de junho de 2022, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia em razão desse tema. Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a diretoria não espera impactos negativos em suas operações.

1.5 Efeitos da Guerra entre Rússia e Ucrânia

A economia mundial é novamente afetada por eventos extraordinários, neste caso, a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Até 30 de junho de 2022, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia em razão desse tema. No curto prazo, a diretoria não espera impactos negativos em suas operações de arrendamento.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da TESA e não configurava um negócio nos termos do CPC 15/ IFRS - Combinação de negócios e, portanto, a integralização das ações da TS Brasil na Companhia não foi contabilizada como uma combinação de negócios, mas sim como uma reorganização de capital. Considerando que as transações entre empresas sob controle comum, as quais compreendem a reorganização de capital, ainda não foram abordadas especificamente pelos CPCs e pelas IFRS, conforme CPC 23/ IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a diretoria pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23/ IAS 8.

Nesse contexto, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia, em 30 de junho de 2021, consideram as informações financeiras históricas da TS Brasil, a qual foi integralizada pela Companhia em 31 de março de 2021 (Nota 1.2), aplicando a prática contábil do custo precedente, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos exercícios apresentados.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

Em 9 de agosto de 2022, foi autorizada pela diretoria da Companhia e pelo Conselho de Administração a conclusão das informações trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2022, estando aprovadas para divulgação.

(a) Informações contábeis individuais

As informações contábeis individuais da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

(b) Informações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

(c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.1 Base de consolidação e investimentos em controladas

Em 30 de junho de 2022, as informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de sua controlada (em conjunto, o "Grupo"). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As demonstrações intermediárias consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa da Companhia, em 30 de junho de 2021, consideram as informações financeiras históricas da TS Brasil, as quais estão sendo apresentadas no contexto da reorganização de capital da Controladora (Nota 3.2 (b)).

Nas informações contábeis individuais da Companhia os resultados da controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

As informações contábeis da controlada TS Brasil são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Os pagamentos efetuados em caixa pela TS Brasil para a Companhia estão sendo apresentados como redutores do saldo de investimentos nas demonstrações financeiras intermediárias da Controladora, considerando que os referidos pagamentos serão liquidados no futuro com dividendos declarados pela controlada, sem a intenção de movimentação de instrumentos financeiros.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia detém 100% do capital social da TS Brasil, Fazenda São José S.A., Fazenda Iporanga S.A. e Fazenda Boa Vista S.A suas únicas controlada.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

2.2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022 e a sua adoção não teve impacto nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Notas Explicativas

- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

2.2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias da Companhia e de sua controlada, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período.

Notas Explicativas

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica compreende os saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) ativos ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente, além dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(c) Ativos ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Notas Explicativas

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada são substancialmente representados por empréstimos e financiamentos, títulos a pagar e tributos parcelados.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

A Companhia e sua controlada avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

Para os saldos de títulos a receber, o tratamento é semelhante ao dos montantes a receber de clientes, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e sua controlada estão demonstrados ao custo de aquisição considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terras e edificações na data de transição para CPCs/ IFRS, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e de sua controlada. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, exceto para terras que não são depreciadas (Nota 12), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No final de cada período, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado.

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.9 Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com contratos de arrendamento. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo histórico dos ativos adquiridos ou integralizados na controlada. A mensuração das propriedades para investimento da Companhia e de sua controlada inclui o montante do custo atribuído às referidas propriedades, conforme descrito na Nota 2.7.

A depreciação, quando aplicável, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período.

As receitas geradas encontram-se reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

2.11 Adiantamentos de cliente

A TS Brasil recebeu adiantamentos da TESA em razão dos contratos de arrendamento firmados (Nota 1.3), com duração de 20 anos, e estimativa de finalização em agosto de 2041.

A diretoria entende que esses adiantamentos possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que está recebendo à vista os fluxos de caixa de longo prazo, caracterizando-se como um passivo de contrato. Dessa forma, esses adiantamentos são atualizados com base na taxa de juros média de captação da Companhia e de sua controlada apurada na data do adiantamento, e serão deduzidos dos pagamentos anuais devidos pela TESA, de forma linear durante o prazo de duração dos contratos.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pelas empresas do Grupo na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados, e não há data de prescrição. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não está limitada aos 30% dos lucros tributáveis anuais para o resultado apurado na atividade agrícola/rural, porém, a referida limitação é aplicável para o resultado apurado nas operações de arrendamento operacional iniciadas em 1º de agosto de 2021.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

Notas Explicativas

(i) Venda de produtos

A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas:

- A Companhia, sua controlada e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações
- A Companhia e sua controlada podem identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos
- A Companhia e sua controlada podem identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos
- A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato)
- É provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

(ii) Arrendamentos

A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de sacas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da *commodity* para os meses de janeiro, fevereiro e março do ano safra, líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes.

2.14 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, clientes, variação monetária ativa e passiva e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 23.

2.15 Transações de capital com acionistas

As transações entre a Companhia e seus acionistas são contabilizadas como transações de capital e reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, pelo seu custo histórico.

2.16 Resultado por ação

Conforme o CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação, o lucro líquido (prejuízo) por ação deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 25).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social estão contempladas a seguir:

Notas Explicativas

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social estão contempladas a seguir:

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos no consolidado incluem o montante de R\$ 16.677 (R\$ 17.202 em 2021) reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Em 30 de junho de 2022, esse montante inclui créditos tributários apurados na Companhia, para os quais a realização é estimada pela diretoria mediante a implementação de plano de negócio entre as empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada reconhecem tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A diretoria da Companhia e de sua controlada entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucros tributáveis futuros estimados com base nos seus planos de negócios. As premissas utilizadas pela diretoria para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideram os riscos de mudanças climáticas nos negócios da Companhia e de sua controlada.

(ii) Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(iii) Receita de arrendamento

O reconhecimento da receita de arrendamento operacional é realizado de forma linear durante o exercício social da Companhia e de sua controlada, e considera a melhor estimativa de preço de comercialização da soja a ser confirmado apenas no início do exercício social seguinte. Dessa forma, a receita com arrendamento operacional reconhecida mensalmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode ser alterada quando da determinação do preço final da receita do ano-safra. Para a safra 2021/2022 a TS Brasil já definiu o preço correspondente (preço já fixado) para 100% do volume.

(iv) Prazo de realização dos direitos do Acordo

Para a determinação do valor justo dos direitos do Acordo (Nota 1.3) a diretoria, com base na sua melhor estimativa, determinou que o montante dos títulos correspondente aos tributos a recuperar registrados na TESA serão utilizados, e conseqüentemente a Companhia será reembolsada, em até quatro anos. Essa estimativa foi constituída com base na melhor estimativa dos pedidos de ressarcimento já realizados pela TESA, bem como pelo consumo dos créditos tributários no curso normal das operações da TESA.

Notas Explicativas

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis

(a) Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a TS Brasil e a TESA

Até 31 de agosto de 2021, a TS Brasil mantinha contrato com a TESA (antiga controladora do Grupo), para a produção agrícola de soja, milho e algodão, em caráter de parceria, sobre o qual detinha a propriedade de 25% da produção bruta dos grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índices ou taxas. Nessa operação de parceria agrícola, a TS Brasil contribuía com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da diretoria, a referida operação não estava sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não havia qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhecia qualquer obrigação a pagar para a TS Brasil, haja vista que não controlava a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria. Ainda conforme a avaliação da diretoria, o fluxo de caixa da referida operação era originado pela venda da sua parcela na produção agrícola da parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento do Grupo encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso fosse interpretado que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas eram imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não seria relevante para a interpretação dos usuários das informações contábeis intermediárias da Companhia.

(b) Utilização da contabilidade de reorganização de capital para a apresentação das informações contábeis históricas da Companhia

Com o objetivo de apresentar as informações contábeis históricas da Companhia, a diretoria julgou adequada a utilização da contabilidade de reorganização de capital, por entender que a Companhia, na data da sua constituição, não representava um negócio e que a sua criação como intermediária entre a TESA e a TS Brasil não se caracterizou como uma combinação de negócios nos termos do CPC 15/ IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O julgamento da diretoria levou em consideração que essa transação foi realizada sob o controle comum da TESA, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2 e, dessa forma, as demonstrações consolidadas intermediárias do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa da Companhia, em 31 de março de 2021, compreendem as operações realizadas pela TS Brasil antes da integralização das suas ações na Companhia, e que melhor reflete a essência econômica da entidade constituída.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Bancos em moeda nacional	136	96	440	10.601
Aplicações financeiras		2.544	25.290	12.614
	<u>136</u>	<u>2.640</u>	<u>25.730</u>	<u>23.215</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2022 a remuneração é de 106% em média ponderada na variação do Certificado de Depósito Interbancário e em 31 de dezembro de 2021 foi de 100%.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Cientes em moeda nacional	20	533		32.522
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas				(196)
	<u>20</u>	<u>533</u>	<u>32.326</u>	
Circulante	(20)	(383)		(32.326)
Não circulante			150	

A diminuição significativa dos saldos das contas a receber, em 30 de junho de 2022, corresponde ao recebimento da receita de arrendamento em 29 de abril de 2022, referente ao ano safra 2021/2022, no montante de R\$ 96.071. Sendo o valor baixado de R\$ 80.059 e o restante de R\$ 16.012 registrado em Adiantamento de Clientes, conforme detalhado na Nota 17.

O saldo remanescente no montante de R\$ 533, refere-se às contas a receber em operação de manejo florestal no montante de R\$ 237, e aluguel de duas propriedades localizadas em Nova Mutum - MT e Rosario do Sul - RS no montante de R\$ 296.

Notas Explicativas

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora	Consolidado	
	30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer:			
Até 31 dias		227	188
De 31 a 90 dias		25	
De 91 a 180 dias		38	
Acima de 180 dias		213	32.138
Vencidos:			
Até 31 dias	10	20	
De 31 a 90 dias	10	10	
Acima de 180 dias			196
	<u>20</u>	<u>533</u>	<u>32.522</u>

Os valores a vencer acima de 31 dias referem-se à locação de prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT, onde foi concedido carência no pagamento para o locatário pelo prazo de doze meses, a contar a partir de 10 de agosto de 2021, sendo esses valores a serem pagos em 24 parcelas a partir de agosto de 2022.

A diretoria mantém procedimentos de cobrança para contas a receber vencidas e não estima incorrer em perdas.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	(196)	(195)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida		(1)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	196	
Saldo final		<u>(196)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, após dois anos.

Notas Explicativas

6 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Por venda de ativo fixo				20
Créditos originados no Acordo (i)	54.595	61.647	54.595	61.647
Outros créditos	1.234	1.260	1.703	1.728
(-) Provisão para <i>impairment</i>				(20)
	<u>55.829</u>	<u>62.907</u>	<u>56.298</u>	<u>63.375</u>
Circulante	(22.300)	(28.880)	(22.769)	(29.348)
Não circulante	<u>33.529</u>	<u>34.027</u>	<u>33.529</u>	<u>34.027</u>

- (i) Esses créditos referem-se aos títulos originadas no registro do Acordo (Nota 1.3), mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial, o qual considera que os créditos originais serão realizados pela TESA e repassados para a Companhia até o final de 2025. No período findo em 30 de junho de 2022, os ativos considerados como realizados pela TESA resultaram na baixa de R\$ 2.307 referente a títulos pela venda de ativos, R\$ 2.942 referente a tributos a recuperar e R\$ 9 referente a depósitos judiciais (Nota 1.3 b).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o valor justo desses ativos foi remensurado, impactando o resultado do semestre em R\$ 1.799, reconhecido como despesas financeiras. A principal premissa que impactou a alteração do valor justo refere-se a taxa de desconto, que foi alterada de 12,18% a.a. para 13,36% a.a. na média ponderada, respectivamente.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber, no consolidado, são as seguintes:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	(20)	(24)
Valores recuperados no período		4
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	20	
Saldo final	<u>(20)</u>	<u>(20)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, após 2 anos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022, a composição dos títulos a receber, por idade de vencimento, na Companhia e no Consolidado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
2023	11.689	12.018	11.689	12.018
2024	14.200	14.157	14.200	14.157
2025	7.640	7.852	7.640	7.852
	33.529	34.027	33.529	34.027

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	
PIS (i)		3.618	3.603	
COFINS (i)		17.528	18.659	
IRRF (ii)	27	250	3.349	
Outros tributos		938	796	
(-) Provisão para impairment		(4.196)	(4.196)	
	27	18.138	22.211	
Circulante	27	(1.534)	(4.589)	
Não circulante		16.604	17.622	

- (i) O Grupo possui saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie. Não houve movimentação para *impairment* no período.
- (ii) A diminuição do saldo de IRRF no período findo em 30 de junho de 2022, refere-se reversão de R\$ 776 referente a partes relacionadas - antecipação de dividendos, com base em decisão da diretoria, apuração no período de R\$ 242 e compensações com tributos federais no montante de R\$ 2.565.

Pedidos de ressarcimento

Em 2017, a controlada TS Brasil obteve medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, no total aproximado de R\$ 50.348, sobre os quais houve glosa de R\$ 29.519. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

Notas Explicativas

No entanto, no que tange à TS Brasil, foi apresentada documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 3.983, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da empresa supracitada o valor atualizado do montante deferido, conforme indicado acima, com a devida correção pela taxa SELIC, obtida via decisão judicial.

Adicionalmente, frente aos pedidos da controlada TS Brasil, houve indeferimento de uma parte deles pelas autoridades fiscais, no montante aproximado de R\$ 29.519. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal, cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo. A diretoria entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, caso ocorra inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a diretoria avaliará a medida cabível para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro em tornar o direito mais plausível, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro de 2020, corroborando com o pedido realizado anteriormente. Por fim, em junho de 2021, houve movimentação nos processos, os quais estavam alocados na Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (COCAJ) - órgão interno da Receita Federal - e encaminhados para as Delegacias de Julgamento da RFB (DRJ) competentes. Em novembro de 2021, por decisão da DRJ, os processos foram convertidos em diligência, justamente para que seja feita reanálise do direito creditório, considerando a documentação juntada em 2020 e o novo entendimento sobre o conceito de insumo pelo STJ.

8 Imposto de renda e contribuição social

8.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora	Consolidado	
	30 de junho de 2022	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	248	1.230	3.415
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	92	447	1.239
	<u>340</u>	<u>1.677</u>	<u>4.654</u>

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo utiliza a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Em 30 de junho, a composição dos tributos diferidos por natureza é como segue:

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	11.116	9.040	12.336	12.648
Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.002	3.254	4.441	4.554
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment			164	238
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	11.674	9.641	12.127	10.133
Variação cambial		535		535
Obrigações do Acordo	51	1.045	51	1.045
Outras provisões temporárias			381	381
	<u>26.843</u>	<u>23.515</u>	<u>29.500</u>	<u>29.534</u>
Débitos tributários sobre:				
Diferenças temporárias:				
Direitos do Acordo	19.359	20.960	19.359	20.960
Custo atribuído			120.338	120.520
	<u>19.359</u>	<u>20.960</u>	<u>139.697</u>	<u>141.480</u>
Débitos tributários, líquidos	<u>7.484</u>	<u>2.555</u>	<u>(110.197)</u>	<u>(111.946)</u>
Tributos diferidos ativos	7.484	2.555	7.484	2.555
Tributos diferidos passivos			(117.681)	(114.501)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das informações contábeis intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 2022	499	2.158
Em 2023	663	663
Em 2024	677	677
Em 2025	692	692
Em 2026	707	707
Em 2027	722	722
A partir de 2028	11.158	11.158
	<u>15.118</u>	<u>16.777</u>

Notas Explicativas

8.3 Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3376	(1.264)	18.272	18.272
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(1.148)	430	(6.212)	(6.212)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	1.356	5.922	6.048	6.048
Despesas não dedutíveis	(581)	(1.246)		
Reversão variação cambial		(535)		
Outros adições líquidas	7	18	164	164
No resultado do período	(366)	4.589		
	Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.464	8.362	(5.953)	31.061
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(1.858)	(2.843)	2.024	(10.561)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(636)	(1.301)	(2.396)	(2.398)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais			1.033	
Baixa de tributos		(388)		
Reversão variação cambial		(535)		
Outros adições líquidas	40	30	165	170
No resultado do período	(2.454)	(5.037)	826	(12.789)

Notas Explicativas

9 Partes relacionadas

9.1 Transações

Não há transações com partes relacionadas que não foram eliminadas no período findo em 30 de junho de 2022. No período comparativo, findo em 30 de junho de 2021, essas transações são como segue:

Operações	Controladora	Consolidado
Receita bruta de mercadorias e produtos (i)		41.113
Aquisição de bens do ativo imobilizado (ii)		41.432
Aquisição de propriedades para investimento (ii)		9.694
Contingências (iii)		6.712
Juros (passivos) de contrato de mutuo (iv)	(656)	(345)

- (i) Refere-se a vendas de produtos agrícolas (soja e milho) destinadas à TESA, conforme negociação dessas commodities no mercado, as quais foram realizadas ainda sob a condição de parte relacionada.
- (ii) Em 28 de fevereiro de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, a TS Brasil firmou contrato de compra e venda de ativos com a TESA para a aquisição de ativos, substancialmente representados por benfeitorias realizadas nas propriedades agrícolas da TS Brasil. Essa operação foi realizada pelo valor residual que esses ativos estavam registrados na TESA. A diretoria entende que o custo contábil é a melhor referência para o registro dessa operação, em linha com as demais transações que envolveram a referida reorganização societária. Essas operações foram liquidadas a vista com saldo de mútuo.
- (iii) O montante de R\$ 5.100 refere-se a processos administrativos movidos pelo Ibama em razão de suposta ausência de licença ambiental para realização de atividades agrícolas. Estes processos estavam registrados na TESA até então e, em junho de 2021, foram assumidos pela Companhia, na condição de sociedade controlada antes da finalização da reorganização societária, R\$ 834 refere-se a processos trabalhistas e R\$ 778 refere-se a processos cível.
- (iv) Refere-se a encargos financeiros calculados sobre os recursos financeiros recebidos da TS Brasil.

9.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui constituídos, órgãos de Governança Corporativa, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídico, Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade e Conselho Fiscal, além da Diretoria Executiva, composta pelo Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo e Jurídico.

No período findo em 30 de junho de 2022, a remuneração dos conselheiros foi de R\$ 1.603 e a remuneração da diretoria foi de R\$ 1.303. Adicionalmente, a despesa com o Plano de Incentivo foi de R\$ 3.117, conforme Nota 18.

Notas Explicativas

10 Investimentos (Controladora)

10.1 Composição dos investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia têm a seguinte composição:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Fazenda Iporanga S.A.	1	
Fazenda São José S.A.	1	
Fazenda Boa Vista S.A.	1	
TS Brasil S.A.	696.167	678.750
Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO	(204.542)	(130.159)
Mais-valia atribuída às terras da TS Brasil	<u>192.486</u>	<u>192.486</u>
	<u>684.114</u>	<u>741.077</u>

Os recursos financeiros enviados pela TS Brasil para a Companhia estão sendo apresentados como redutor do saldo de investimentos, haja vista que não há a expectativa da Companhia ou de sua controlada em liquidar essa operação com a troca de ativos financeiros, mas sim com a deliberação de dividendos na controlada no futuro. Os recursos recebidos pela Companhia no semestre findo 30 de junho de 2022 foram no montante de R\$ 74.383.

A mais valia de terras é originária pelo valor pago nas aquisições realizadas na antiga controladora e que foi aportada na Companhia (Nota 1.2): Maeda S.A. Agroindustrial, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil) e Vanguarda Participações S.A., em 6 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela TESA em 23 de dezembro de 2013).

10.2 Movimentação dos investimentos

A movimentação do investimento mantido na TS Brasil no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	741.077
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.3 (a))	17.420
Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO (i)	<u>(74.383)</u>
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>684.114</u>

No período findo em 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 74.383 refere-se a dividendos antecipados para os quais os recursos foram utilizados no pagamento de empréstimos, dividendos e remuneração dos administradores.

No primeiro semestre de 2022 foi realizada a aquisição das ações das empresas Iporanga, São José e Boa Vista (Nota 1.1).

Notas Explicativas

10.3 Informações sobre a investida

As investidas da Companhia, têm por objeto: a) investimento, desenvolvimento, gestão, compra e venda de ativos e bens de uso rural; b) desenvolvimento e exploração de florestas e madeira; c) a parceria agrícola de terras para a exploração agrícola e da pecuária; e d) a participação em outras pessoas jurídicas ou sociedades de qualquer espécie na qualidade de sócia ou acionista.

Em 30 de junho de 2022, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100%	711.929	220.304	491.625	46.542	17.417	17.417
Fazenda Iporanga S.A.	100%	1		1			1
Fazenda São José S.A.	100%	1		1			1
Fazenda Boa Vista S.A.	100%	1		1			1
Resultado de equivalência patrimonial							17.420

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado do período em 30 de junho de 2022, apurado pela TS Brasil.

Em 30 de junho de 2021, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100%	772.328	128.001	644.327	43.111	17.787	17.787

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2021 apurado pela TS Brasil, sendo que o montante de R\$ 17.267 foi reconhecido até 28 de fevereiro de 2021, sendo incorporado ao acervo líquido aportado na Companhia, e o valor remanescente, no montante de R\$ 520 refere-se ao resultado apurado entre 1º de março de 2021 a 30 de junho de 2021. As demonstrações do resultado do exercício da controladora contemplam o resultado do período de 6 meses, no contexto da utilização da contabilidade de reorganização de capital (Nota 3.2 (b)).

11 Propriedades para investimento (Consolidado)

As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	9.412	9.561
Propriedades agrícolas (ii)	803.698	802.044
	813.110	811.605

- (i) Em fevereiro de 2021, a TS Brasil adquiriu da TESA, mediante instrumento particular de compra e venda, um prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT, o qual não é utilizado pela TS Brasil em sua operação e é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Essa propriedade é mantida pela TS Brasil com o objetivo de auferir renda mediante aluguel à terceiros. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o valor justo desse imóvel é

Notas Explicativas

estimado em R\$ 33.011, conforme laudo emitido por empresa especializada em 25 de outubro de 2021. Em 30 de junho de 2022, a diretoria revisou as principais premissas aplicáveis na estimativa de valor justo das propriedades e concluiu não haver variação relevante no valor justo apurado no referido laudo emitido por empresa especializada.

- (ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras para exploração conforme contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo (Nota 1.2), reclassificadas do ativo imobilizado em 1º de agosto de 2021 (Nota 2.7). As propriedades para investimento estão registradas pelo valor de custo e o valor justo dessas propriedades agrícolas estão estimados em R\$ 2.624.935 em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, conforme laudo emitido por empresa especializada em 25 de outubro de 2021. Em 30 de junho de 2022, a diretoria revisou as principais premissas aplicáveis na estimativa de valor justo das propriedades e concluiu não haver variação relevante no valor justo apurado no referido laudo emitido por empresa especializada.

A movimentação das propriedades para investimento no período é como segue:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	811.605	
Aquisições		9.786
Transferência do ativo imobilizado	4.436	802.044
(-) Depreciação	(2.931)	(225)
Saldo em 30 de junho de 2022	<u>813.110</u>	<u>811.605</u>

11.1 Propriedades para investimentos dadas em garantia

Em 30 de junho de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia no montante de R\$ 20.748, estão garantidos por propriedades da TS Brasil, no valor contábil de R\$ 48.157.

Adicionalmente, em garantia de execução trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da TS Brasil em penhora, lastreando processo trabalhista da TESA, enquanto era sua controlada, cujo valor dos ativos imobilizados é de R\$ 17.144 (2021 - R\$ 16.375).

12 Imobilizado

12.1 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022 (Controladora)

<u>Custo</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110		(34)	(76)	
Equipamentos de informática		295		76	371
Total	<u>110</u>	<u>295</u>	<u>(34)</u>		<u>371</u>

<u>Depreciação (ii)</u>	<u>Taxa média ponderada anual de depreciação</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Equipamentos de informática	20%		(17)			(17)
Total			<u>(17)</u>			<u>(17)</u>

Notas Explicativas

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo líquidos		
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110
Equipamentos de informática	354	
Total	354	110

12.2 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	50.277			(4.436)	45.841
Edificações e instalações	209				209
Máquinas e equipamentos	57				57
Veículos	10				10
Móveis e utensílios	16				16
Adiantamento para aquisição de imobilizado	110		(34)	(76)	
Equipamentos de informática		295		76	371
Correção de solo	41.590				41.590
Total	92.269	295	(34)	(4.436)	88.094

Em comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os saldos iniciais foram realocados entre linhas, para adequada apresentação, sem alteração ao montante total.

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(30)	(3)			(33)
Máquinas e equipamentos	7%	(15)	(1)			(16)
Veículos	5%	(10)				(10)
Móveis e utensílios	4%	(10)	(1)			(11)
Equipamentos de informática	20%		(17)			(17)
Correção de solo	8%	(41.590)				(41.590)
Total		(41.655)	(22)			(41.677)

Saldo líquidos	2022	2021
Terras para exploração (i)	45.841	50.277
Edificações e instalações	176	179
Máquinas e equipamentos	41	42
Móveis e utensílios	5	6
Equipamentos de informática	354	
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110
Total	46.417	50.614

- (i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

Notas Explicativas

12.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Controladora)

Custo	Saldo				Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110			110
Total		110			110
Saldo líquidos					2021
Adiantamento para aquisição de imobilizado					110
Total					110

12.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)

Custo	Saldo				Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Terras para exploração	568.800	193.613		(738.188)	24.225
Edificações e instalações	66.705	20.301	(2.356)	(80.954)	3.696
Máquinas e equipamentos	16.071	15.155	(6.193)	59	25.092
Veículos	10				10
Móveis e utensílios	32	16	(19)	20	49
Imobilizações em curso		5.566	(725)	(1.570)	3.271
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110			110
Correção de solo	44.503		(2.913)		41.590
Total	696.121	234.761	(12.206)	(820.633)	98.043

Depreciação (i)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo				Saldo final
		inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e instalações	4%	(18.080)	(2.292)	783	18.569	(1.020)
Máquinas e equipamentos	7%	(4.399)	(1.997)	1.594	20	(4.782)
Veículos	5%	(9)				(9)
Móveis e utensílios	4%	(26)	(16)	14		(28)
Correção de solo	8%	(44.503)		2.913		(41.590)
Total		(67.017)	(4.305)	5.304	18.589	(47.429)

Saldo líquidos	2021		2020	
Terras para exploração		24.225		568.800
Edificações e instalações		2.676		48.625
Máquinas e equipamentos		20.310		11.672
Veículos		1		1
Móveis e utensílios		21		6
Imobilizações em curso		3.271		
Adiantamento para aquisição de imobilizado		110		
Total		50.614		629.104

Notas Explicativas

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Moeda Nacional						
Aquisição de Imobilizado	R\$	3,50% a.a.			430	939
Crédito à Exportação	R\$	10,00% a.a.	6.664	26.166	6.664	26.166
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	13,16% a.a.	14.084	45.262	14.084	45.262
Total		11,97% a.a.	20.748	71.428	21.178	72.367
Circulante			(20.748)	(58.221)	(21.178)	(59.087)
Não Circulante				13.207		13.280

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2022	72.367	492	72.859
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(55.551)	(205)	(55.756)
(-) Amortização de passivos	(49.977)	(193)	(50.170)
(-) Amortizações juros	(5.574)	(12)	(5.586)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	4.362	12	4.374
(+) Atualizações juros	4.362	12	4.374
Saldos em 30 de junho de 2022	21.178	299	21.477

Notas Explicativas

Na controladora a movimentação é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas - antecipação de dividendos	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2022	71.428		71.428
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(54.995)	74.383	19.388
(-) Amortização de passivos	(49.554)		(49.554)
(-) Pagamento de juros	(5.441)		(5.441)
(+) Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		74.383	74.383
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	4.315	(74.383)	(70.068)
(+) Atualizações juros	4.315		4.315
(-) Dividendos antecipados a ser aprovado em AGO		(74.383)	(74.383)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>20.748</u>	<u></u>	<u>20.748</u>

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento em 2021, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021		3.543		3.543
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(59.863)	(3.051)		(62.914)
(-) Amortização de passivos	(49.514)	(2.999)		(52.513)
(-) Amortizações juros	(10.349)	(52)		(10.401)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	132.230			132.230
(-) Operação com partes relacionadas, líquidos			(40.281)	(40.281)
(+) Aporte de capital	123.691		38.458	162.149
(+) Atualizações juros	9.310		1.823	11.133
(+/-) Atualizações variação cambial	(771)			(771)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>72.367</u>	<u>492</u>		<u>72.859</u>

13.1 Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o período de 30 de junho de 2022, há um único contrato mantido pela Companhia que possui *covenants* financeiros calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, conforme segue:

- Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
- Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.

A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas e, até 30 de junho de 2022, estão sendo cumpridos.

Notas Explicativas**14 Outros tributos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS	2		150	164
COFINS	16		701	788
Fethab / IMA			10	
ITR			500	
IRRF	79	856	87	864
Retenções (PIS/COFINS/CSLL/ISS)	90	74	1.229	2.357
	187	930	2.677	4.173

15 Tributos parcelados (Consolidado)

	Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Previdenciário	183	231
Outros	116	261
	299	492
Circulante	(212)	(228)
Não circulante	87	264

16 Provisão para contingências

A diretoria, com base na análise individual dos processos impetrados contra o Grupo e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Causas	Provisão	Provisão
Trabalhistas	25.354	24.260
Tributárias e ambientais	5.099	2.360
Cíveis	3.882	1.737
Total	34.335	28.357

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Causas	Provisão	Provisão
Trabalhistas	26.045	24.890
Tributárias e ambientais	8.294	5.398
Cíveis	4.523	2.528
Total	<u>38.862</u>	<u>32.816</u>

Trabalhistas

As ações referem-se, substancialmente a ações trabalhistas recebidas no Acordo (Nota 1.3), com destaque para ação movida no valor estimado, líquido, de R\$ 24.717 (sendo R\$ 37.568 o valor da contingência e R\$ 12.851 de depósito judicial), em que o reclamante alega descumprimento de cláusula contratual por violação de suposto período estabilitário e consequente aplicação de multa prevista em cláusula penal.

Tributárias e ambientais

Representadas por auto de infração lavrado pelo IBAMA, objeto de execução fiscal, no importe de R\$ 3.194, por exercer atividade operacional em inobservância à legislação ambiental aplicável. Ações diversas recebidas do Acordo (Nota 1.3), referente a litígios tributários de ICMS originados nos Estados de Tocantins e no Ceará, cobranças provenientes de suposto débitos de ICMS para os exercícios de 2008 a 2009, indenização por danos ambientais ocorridas na antiga Unidade Produtora de Biocombustível de São Luis/MA (desativada em 2011), bem como auto de infração por suposta operação de armazém-geral em inobservância à legislação aplicável.

Cíveis

Representada pelo valor estimado para a liquidação de ações originadas na TESA, antiga controladora, e transferida para o Grupo conforme termos do Acordo (Nota 1.3).

Essas ações cíveis são representadas por pedidos de indenização por dano moral, material e suposto descumprimento de contrato de prestação de serviço, inadimplemento contratual e a consequente cobrança de multas e penalidades.

16.1 Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2022, a TS Brasil possui depósitos judiciais, para os quais não mantém provisão para contingências, nos montantes totais de R\$ 161 (2021 - R\$ 127) os quais estão classificados no ativo não circulante.

Notas Explicativas

16.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

(a) 1º de janeiro a 30 de junho 2022

Causas	Controladora			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	24.260	2.360	1.737	28.357
Novos processos e complementos (i)	48	2.643	2.054	4.745
Reversão de provisão	(180)	(32)	(26)	(238)
Encargos financeiros no período (ii)	1.226	128	117	1.471
Saldos em 30 de junho de 2022	25.354	5.099	3.882	34.335

- (i) As adições ocorridas no período findo em 30 de junho de 2022, referem-se à: Trabalhistas: complemento de valores em dois processos sendo, processo número 0093300-24.2008.5.16.0015 no montante de R\$ 45 e no processo número 0000135-41.2021.5.23.0121 no montante de R\$ 3. Tributária: alteração de prognóstico de possível para provável no processo número 0001623-17.2018.8.06.0070, referente a execução fiscal visando a cobrança de ICMS dos períodos de janeiro a março de 2009, no montante de R\$ 2.643. Cível: dois novos processos, resultantes da condenação da Companhia ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, para os processos 4485-93.2019.811.0002 no montante de R\$ 1.232 e 0010121-15.2022.8.26.0100, no montante de R\$ 822.
- (ii) Os encargos financeiros no período findo em 30 de junho de 2022, referem-se à: Trabalhista: atualização monetária pelo IGPM, para o processo número 0025800-58.2009.5.24.0022 no montante de R\$ 4.651. Adicionalmente, a pedido da diretoria, foi contratada a consultoria Vale Perícias para a emissão de laudo pericial sobre os valores referente a esse processo. Dessa forma, houve a reversão no montante de R\$ 3.465, resultando em valor líquido de R\$ 1.186. Os demais processos foram atualizados no montante de R\$ 40. Tributárias e Cíveis, atualizados monetariamente nos montantes de R\$ 128 e R\$ 117, respectivamente.

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	24.890	5.398	2.528	32.816
Novos processos e complementos	80	2.648	2.127	4.855
Reversão de provisão	(180)	(38)	(306)	(524)
Encargos financeiros no período	1.255	286	174	1.715
Saldos em 30 de junho de 2022	26.045	8.294	4.523	38.862

Notas Explicativas**(b) 1º de janeiro a 31 de dezembro 2021**

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021				
Processos recebidos no acordo (Nota 1.3)	21.528	2.317	1.528	25.373
Novos processos e complementos	55		134	189
Liquidações no exercício	(203)			(203)
Encargos financeiros no exercício	2.880	43	75	2.998
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>24.260</u>	<u>2.360</u>	<u>1.737</u>	<u>28.357</u>
	Consolidado			
Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021			298	298
Processos recebidos no acordo (Nota 1.3)	21.528	2.317	1.528	25.373
Processos transferidos no período	830	5.098	458	6.386
Novos processos e complementos	978		135	1.113
Reversão de provisão	(401)	(2.141)	(50)	(2.592)
Depósitos judiciais relacionados	(27)			(27)
Encargos financeiros no período	1.982	124	159	2.265
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>24.890</u>	<u>5.398</u>	<u>2.528</u>	<u>32.816</u>

16.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da diretoria, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas informações contábeis intermediárias:

Causas	Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Tributárias	114.093	102.647
Trabalhistas	5	1.256
Cíveis	16.473	11.924
	<u>130.571</u>	<u>115.827</u>

Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a indeferimentos de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS não cumulativo; suposta ausência de recolhimento de ICMS; indeferimento dos pedidos de compensações referentes a IRRF, IRPJ, CSLL, IOF, PIS, COFINS, ITR, IPI; aplicação de suposta multa isolada de 50% pela não homologação dos pedidos de compensação; suposta fruição indevida de crédito de ICMS pelo PROALMAT; suposta utilização indevida de crédito de ICMS na compra de energia elétrica; lavratura de auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ITR.

Notas Explicativas

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

No período findo em 30 de junho de 2022, a controlada TS Brasil tomou conhecimento de onze novos processos no montante de R\$ 4.435, relacionados, substancialmente, à autos de infração por suposta ausência de recolhimento de tributos federais, suposta utilização indevida de crédito de ICMS e, por fim, auto de infração emitido pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA/MT. Adicionalmente, ocorreu atualização monetária dos processos já existentes no montante R\$ 7.011.

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificada como possível referem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Trata-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela controlada TS Brasil no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

A diminuição de valores ocorrida no período findo em 30 de junho de 2022, refere-se a alteração de prognóstico de possível para remoto em 2 processos.

Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impositivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum (MT), sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros.

Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para

Notas Explicativas

delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese de a área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a TS Brasil ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à TS Brasil. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Em janeiro de 2021 foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2019. O escritório e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 8.292 em 30 de junho de 2022 (2021 - R\$ 7.878).

No período findo em 30 de junho de 2022, houve a alteração de prognóstico de perda de remoto para possível de quatorze processos, que somam o montante de R\$ 2.815 e atualização de valores no montante de R\$ 1.734.

17 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Arrendamento (i)	72.390	71.257
Arrendamento - Ano safra 2021/2022 (ii)	16.012	
Outros	15	
	88.417	71.257
Circulante	(19.804)	(3.623)
Não circulante	68.613	67.634

- (i) Refere-se ao adiantamento recebido da TESA pelo arrendamento das propriedades para investimento da Companhia (Nota 1.2), equivalentes a 39.099 hectares de terras localizados no estado de Mato Grosso, conforme contratos firmados entre as partes até o término da safra 2040/2041, previsto para agosto de 2041. Esses adiantamentos recebidos caracterizam-se como passivos de contratos e, portanto, estão sendo atualizados pela taxa equivalente ao custo médio de captação do Grupo, determinado em 8,66% ao ano pela diretoria.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2022, foram imputados encargos financeiros no montante de R\$ 2.993 sobre o saldo de adiantamentos de clientes, e houve a baixa de R\$ 1.856 contra recebíveis de arrendamento.

O montante dos adiantamentos a serem compensados com os recebíveis dos contratos de arrendamento nos próximos doze meses é de R\$ 3.777, e a parcela classificada no passivo não circulante tem a seguinte distribuição por ano de compensação:

2.023	1.888
2.024	3.777
2.025	3.777
2026 à 2041	59.171
	<u>68.613</u>

A diretoria do Grupo entende que o adiantamento recebido apenas caracteriza-se como receita ganha pelo Grupo à medida que o período de arrendamento é incorrido, sendo que o montante correspondente ao período não realizado é passivo de devolução em caso de eventos futuros que impossibilitem a continuidade da operação contratada entre as partes.

- (ii) Em 29 de abril de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 96.071 referente aos contratos de arrendamentos do ano safra 2021/2022 a findar em agosto de 2022. Dessa forma, o saldo de R\$ 16.012, recebido em excedente ao valor das contas a receber, foi registrado como adiantamentos de cliente, a ser compensado com a receita de arrendamento dos meses de julho e agosto de 2022.

18 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Honorários Advocatícios (i)	118		4.592	1.352
Plano de incentivo (ii)	7.426	4.309	7.426	4.309
Seguros				113
Passivos decorrentes do Acordo de Associação e Outras Avenças (Nota 1.3) (iii)	150	3.071	150	3.071
Outros	44	8	168	26
	<u>7.738</u>	<u>7.388</u>	<u>12.336</u>	<u>8.871</u>
Circulante	(7.200)	(7.290)	(10.676)	(7.653)
Não circulante	<u>538</u>	<u>98</u>	<u>1.660</u>	<u>1.218</u>

- (i) O aumento refere-se aos honorários devidos ao escritório contratado nos autos da ação nº 996-55.1997.811.0055, de direitos de exploração do imóvel penhorado (Matrículas nº 12.194 e 12.195, ambas do Cartório do Registro Imobiliário de Campo Novo do Parecis - MT). Com o encerramento da ação (transitada em julgado), o montante de R\$ 3.493 será pago em sete parcelas mensais de R\$ 499 sendo a primeira parcela paga em junho de 2022.
- (ii) Refere-se a dívida migrada e recepcionada pela Companhia, correspondente a outorga realizada pela TESA à executivo da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de

Notas Explicativas

dezembro de 2021. Essa obrigação é mensurada com base na cotação pública da ação da Companhia, e os efeitos são registrados como Outras despesas operacionais (Nota.22) O referido plano foi concebido originalmente com o objetivo de engajamento dos administradores na valorização das ações da TESA como um plano de remuneração variável dos executivos administradores e engajá-los na valorização das ações. A referida dívida diz respeito a remuneração variável concedida nos exercícios de 2020 e 2019, a serem liquidadas com ativos financeiros e, portanto, não se constituindo um instrumento de patrimônio na Companhia.

Atualmente houve o pagamento apenas da primeira tranche (87.177 ações ordinárias da Companhia) do Programa de 2019. Para o ano de 2021 estavam programadas a segunda tranche do Programa de 2019 e a primeira tranche do Programa de 2020, as quais ainda não foram pagas porque era necessário organizar a migração do referido plano para a Companhia. Em 2022, será paga a segunda tranche de 2019 (87.177 ações ordinárias da Companhia) e a primeira tranche de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia). Como pagamento ordinário de 2022, a Companhia pagará a terceira e última tranche de 2019 (87.177 ações ordinárias da Companhia) e a segunda tranche de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia), o que deverá ocorrer no segundo semestre de 2022. Em 2023, Companhia pagará a terceira e última tranche do programa de 2020 (26.705 ações ordinárias da Companhia), encerrando o referido plano.

- (iii) No período findo em 30 de junho de 2022, os passivos considerados como pagos resultaram na baixa de R\$ 2.955 e a constituição de R\$ 40 de obrigação líquida do Acordo (Nota 1.3 b). Adicionalmente, R\$ 4 referente a remensuração do valor justo dos títulos remanescentes a serem pagos.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021, com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados, conforme apontado na Nota 1.2.

Em 30 de junho de 2021, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da companhia, à razão de 7:1, de forma que cada 7 ações ordinárias passam a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o capital social de R\$ 673.588 para 96.226.962 ações ordinárias.

Em 30 de junho de 2022, o capital social é de R\$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

19.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 19.719 (incluindo o mínimo obrigatório) referente ao exercício de 2021, sendo o montante total disponibilizado para pagamento em 4 de maio de 2022.

19.3 Plano de pagamento baseado em ações

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Plano de ações restritas TSPA"), que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de ações restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. Até a data de aprovação das informações contábeis intermediárias da Companhia, não ocorreu a outorga para nenhum dos beneficiários.

O Plano de ações restritas TSPA prevê que o pagamento dos benefícios poderá ser realizado mediante a entrega de ações da Companhia ou pagamento do valor equivalente em dinheiro, a ser definido pelo Conselho de Administração, sendo limitada a diluição societária referencial máxima de até 5% do capital social da Companhia (considerando as ações ordinárias da Companhia na data de aprovação de cada plano). As metas de performance fixadas para o *vesting* do benefício serão definidas em cada outorga.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e sua controlada TS Brasil, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. As divulgações a seguir estão demonstrando a forma de gestão de riscos do Grupo.

20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, sendo na controlada a liquidação de seus passivos através de antecipação de dividendos com a sua controlada.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A diretoria da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1). Como parte dessa revisão, a diretoria considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

20.3 Políticas contábeis significativas

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

Notas Explicativas

20.4 Categoria de instrumentos financeiros

Classificação	Controladora		Consolidado		
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	136	2.640	25.730	23.215
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	20		533	32.326
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado	46.954	53.806	46.954	63.375
Títulos a receber	Custo amortizado	8.875	9.101	9.344	
Depósitos judiciais	Custo amortizado			161	127
		<u>55.985</u>	<u>65.547</u>	<u>82.722</u>	<u>119.043</u>
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	20.748	71.428	21.178	72.367
Tributos parcelados	Custo amortizado			299	492
Títulos a pagar	Valor justo por meio do resultado	7.576	7.375	7.576	5.498
Títulos a pagar	Custo amortizado	162	13	4.760	3.373
Dividendos a pagar	Custo amortizado	5	4.930	5	4.930
		<u>28.491</u>	<u>83.746</u>	<u>33.818</u>	<u>86.660</u>

20.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

20.6 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis consolidadas intermediárias da Companhia e, nessa Nota.

20.7 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, bem como pelo Comitê assuntos Jurídicos, tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 15 de março de 2022, foi aprovada a instalação de Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade cujos membros e regimento interno, serão oportunamente informados.

Adicionalmente, em incremento aos órgãos de governança corporativa da Companhia, foi instituído o Conselho Fiscal através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022, cujos membros foram investidos na função em 17 de maio de 2022.

Notas Explicativas

Os riscos operacionais da Companhia são avaliados diretamente pelo Comitê de Auditoria, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela sua auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, o Conselho de Administração e a diretoria do Grupo, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos em aberto.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

As receitas do Grupo são substancialmente provenientes do arrendamento das terras.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber do Grupo em 30 de junho de 2022:

Nível	Rating	Taxa	Controladora		Consolidado	
			Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,0%	20		533	
Risco razoável	B	0,5%				
Duvidoso	C	10,0%				
Perda	D	100,0%				
			20		533	
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,0%	55.829		56.298	
Risco razoável	B	0,5%				
Duvidoso	C	10,0%				
Perda	D	100,0%				
			55.829		56.298	
			55.849		56.831	

A diretoria entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito. O Grupo considera o saldo de títulos a receber como exposto a este risco. Em 30 de junho de 2022 o saldo na controladora é de R\$ 55.849 e no consolidado o saldo é de R\$ 56.831 (R\$ 95.917 em 31 de dezembro de 2021 no consolidado)

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Notas Explicativas

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 30 de junho de 2022, o Grupo possuía linhas de créditos contratadas, assim como possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

Em 30 de junho de 2022, o Grupo mantém capital circulante líquido negativo em R\$ 6.006 e R\$ 5.953 na controladora e consolidado, respectivamente. A diretoria entende que não haverá dificuldades financeiras para liquidar suas obrigações mediante o uso de recursos financeiros próprios e de terceiros já disponibilizados em linhas de crédito com bancos de primeira linha. Adicionalmente, a gestão de caixa da Diretoria com visibilidade de orçamento anual, evidencia o monitoramento dos pagamentos e o momento da necessidade de captação de recursos nas linhas de créditos já aprovadas junto às instituições financeiras.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 30 de junho de 2022			
Empréstimos e financiamentos	22.406		22.406
Tributos parcelados	212	87	299
Títulos a pagar	10.673	1.660	12.333
	<u>33.291</u>	<u>1.747</u>	<u>35.038</u>

(iii) Risco de taxa de câmbio

A partir do início da vigência do contrato de arrendamento em setembro de 2021, quando o Grupo passa a ter sua receita de arrendamento com o preço indexado à variação do preço da soja, e este, por sua vez, intrinsecamente ligado à variação do dólar, a Companhia passa a ter uma proteção natural do risco da taxa de câmbio. Essa proteção é limitada ao período anterior à fixação dos preços pela Companhia, todavia ainda é considerada suficiente pela diretoria, em caso de contratação de dívida em moeda estrangeira pela Companhia e pelo Grupo.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2022, o Grupo mantinha o saldo de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar a fornecedores e títulos a pagar com vencimento em curto prazo e longo prazo. No entendimento da diretoria para os valores a receber e a pagar no curto prazo o valor justo dos instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A controlada TS Brasil possui contratos de arrendamento firmados com a TESA, expostos ao risco de preço, o qual se encontra atrelado à cotação da soja. Como forma de gerenciamento de risco o Grupo monitora e acompanha as projeções de preço e todas as suas variáveis, a fim de determinar o melhor momento e condições para fixação da soja, observando as janelas contratualmente previstas.

Notas Explicativas

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são para fins especulativos, quando utilizados.

(viii) Gerenciamento dos riscos climáticos

As propriedades da Companhia estão expostas a riscos de danos causados por incêndios florestais e outras forças da natureza, além de impactos gerados por mudanças climáticas. A diretoria possui processos em funcionamento voltados ao monitoramento desses riscos, incluindo inspeções regulares, assim como a análise de relatórios gerados pelo processamento de imagens de satélite.

A Companhia não está exposta a riscos climáticos de forma direta, contudo há um acompanhamento de fenômenos climáticos que possam impactar os parâmetros dos preços das *commodities* agrícolas, dessa forma a Companhia administra esse risco de impacto, alinhando a fixação dos preços dos arrendamentos com as condições de oferta e demanda do mercado de *commodities* e realiza análises regulares de tendências da agroindústria para volumes projetados de produção de *commodities* e preço.

Com foco na visão ESG, em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 09 de maio de 2022, foi aprovada e instalado o Comitê de Patrimônio e Sustentabilidade.

21 Receita líquida

A receita líquida compreende as receitas de contratos com clientes, no caso da operação de manejo florestal, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas.

A composição da receita líquida no período findo em 30 de junho é como segue:

	Controladora	
	2022	
	Trimestre	Semestre
Receita bruta de arrendamento operacional	30	60
	30	60
Deduções da receita com arrendamento		
Impostos sobre arrendamento	(3)	(6)
Receita líquida	<u>27</u>	<u>54</u>
Receita líquida de arrendamento operacional	<u>27</u>	<u>54</u>
Receita líquida	<u>27</u>	<u>54</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta de vendas de madeira e produtos agrícolas	635	1.624	36.613	41.113
Receita bruta de arrendamento operacional	24.595	49.928		
	<u>25.230</u>	<u>51.552</u>	36.613	41.113
Deduções da receita com vendas de produtos agrícolas				
Devoluções e abatimentos		(151)		
Impostos sobre vendas de madeira	(86)	(197)		
	<u>(86)</u>	<u>(348)</u>		
Deduções da receita com arrendamento				
Impostos sobre arrendamento	(2.265)	(4.608)		
	<u>(2.265)</u>	<u>(4.608)</u>		
Receita líquida	<u>22.879</u>	<u>46.596</u>	<u>36.613</u>	<u>41.113</u>
Receita líquida de vendas de madeira e produtos agrícolas	549	1.276	36.613	41.113
Receita líquida de arrendamento operacional	<u>22.330</u>	<u>45.320</u>		
Receita líquida	<u>22.879</u>	<u>46.596</u>	<u>36.613</u>	<u>41.113</u>

A receita líquida de venda tem a seguinte composição, por natureza:

	Controladora	
	2022	
	Trimestre	Semestre
Arrendamento	27	54
Receita líquida de vendas	<u>27</u>	<u>54</u>

	Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Soja			34.379	38.879
Milho			2.234	2.234
Madeira	549	1.276		
Arrendamento	<u>22.330</u>	<u>45.320</u>		
Receita líquida de vendas	<u>22.879</u>	<u>46.596</u>	<u>36.613</u>	<u>41.113</u>

Os fluxos de caixa não descontados estimados para os arrendamentos operacionais contratados para os próximos cinco anos, e para o prazo remanescente do contrato, são como segue:

2022	50.494
2023	102.602
2024	104.476
2025	104.864
2026	105.285
2027 a 2041	<u>1.624.543</u>
	<u>2.092.264</u>

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa futuros estimados para as operações de arrendamento consideram o valor de mercado futuro da soja por ano safra até 2023 (última data disponível) e, a partir dessa data, mantém-se o valor de mercado utilizado para o último ano.

Em 30 de junho de 2022, o Grupo já possui o preço definitivo (fixado) para 100% das sacas de soja que são utilizadas para determinar a receita de arrendamento para a safra 2021/2022, a ser finalizada em 31 de agosto de 2022. O preço médio fixado é de R\$ 144,41 por saca.

Até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, o Grupo não realizou a fixação de preços para as safras futuras.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora			
	2022			
	Trimestre	Semestre		
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(1.514)	(2.265)		
Depreciações e amortizações	(12)	(17)		
Provisões com contingências	(811)	(4.507)		
Plano de incentivo (Nota 18)	(1.375)	(3.117)		
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (i)	(2.937)	(3.259)		
Remuneração dos administradores	(1.532)	(2.906)		
Reversão Pis /Cofins e IOF sobre partes relacionadas - Antecipação de dividendos (ii)	1.973	1.147		
	(6.208)	(14.924)		
			Consolidado	
			2022	
			Trimestre	Semestre
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(6.717)	(8.818)	(2.938)	(3.099)
Depreciações e amortizações	(1.478)	(2.953)	(1.776)	(2.193)
Imposto sobre a propriedade territorial rural	(500)	(500)		
Provisões com contingências	(531)	(4.331)	(6.414)	(6.414)
Plano de incentivo (Nota 18)	(1.375)	(3.117)		
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (i)	(3.275)	(3.778)	(2.001)	774
Despesas com pessoal	(996)	(1.795)	(184)	(204)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado			(20)	(48)
Remuneração dos administradores	(1.532)	(2.906)		
Custos variáveis e gastos indiretos de produção			60	
Variação do valor justo dos produtos agrícolas			(33.692)	
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis		216	218	197
Reversão Pis /Cofins e IOF sobre partes relacionadas - Antecipação de dividendos (ii)	2.215	1.238		
Baixa tributos		(1.045)		
Perda (Reversão) de ativos			483	
	(14.189)	(27.789)	(46.264)	(10.987)

Notas Explicativas

- (i) Despesas pagas pela SLC de responsabilidade da TSPA no montante de R\$ 2.712 (Nota 1.3 b).
- (ii) Reversão de provisões de Pis/Cofins no montante de R\$ 91 e IOF no montante de R\$ 1.147 apurados sobre rendimentos provenientes de operações com partes relacionadas, reconhecidas contabilmente como antecipação de dividendos de controlada. Após avaliação técnica, bem como análise de risco tributário com apoio de consultores jurídicos da Companhia, a diretoria decidiu pela reversão das provisões previamente contabilizadas, por entender não se tratar de montantes devidos, uma vez que as operações que deram origem à sua contabilização, não são de natureza tributável.

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora			
	2022			
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custo dos produtos vendidos				
Despesas gerais e administrativas	(4.825)	(8.819)		
Outras despesas (receitas) líquidas	(1.383)	(6.105)		
	<u>(6.208)</u>	<u>(14.924)</u>		
	Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custo dos produtos vendidos	(1.961)	(3.431)	(2.787)	(2.852)
Realização do valor justo dos ativos biológicos			(33.692)	0
Despesas gerais e administrativas	(11.089)	(17.294)	(3.779)	(4.430)
Outras despesas (receitas) líquidas	(1.139)	(7.064)	(6.006)	(3.705)
	<u>(14.189)</u>	<u>(27.789)</u>	<u>(46.264)</u>	<u>(10.987)</u>

Notas Explicativas**23 Resultado financeiro**

	Controladora			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras				
Perdão de juros em contratos de mútuos (i)	4.524	4.524		
Rendimentos de aplicações financeiras	114	114		
Juros ativos	371	371		
	<u>5.009</u>	<u>5.009</u>		
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.844)	(4.315)	(2.783)	(3.864)
Juros passivos e multa de mora	4.517	(1.480)	(599)	(675)
Ajuste a valor presente	(1.038)	(1.795)		
Custos financeiros na liquidação antecipada de empréstimos	(1.032)	(1.032)		
Outras despesas	(43)	(201)	(520)	(522)
	<u>560</u>	<u>(8.823)</u>	<u>(3.902)</u>	<u>(5.061)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas			7.839	7.839
Variações cambiais passivas			(413)	(2.293)
			<u>7.426</u>	<u>5.546</u>
Resultado financeiro	<u>5.569</u>	<u>(3.814)</u>	<u>3.524</u>	<u>485</u>

- (i) O montante de R\$ 4.524 é referente à juros incidentes sobre operações com partes relacionadas - antecipação de dividendos. Após avaliação técnica e jurídica, com apoio dos consultores da Companhia, a diretoria concluiu não ser aplicável a incidência de juros sobre a referida operação.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	688	854	7	22
Juros ativos	442	888	38	244
	<u>1.130</u>	<u>1.742</u>	<u>45</u>	<u>266</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.847)	(4.362)	(2.800)	(3.895)
Juros passivos e multa de mora	1.144	(1.738)	(341)	(345)
Ajuste a valor presente	(1.038)	(1.795)		
Juros sobre adiantamentos de clientes	(1.506)	(2.993)		
Custos financeiros na liquidação antecipada de empréstimos	(1.032)	(1.032)		
Outras despesas	(77)	(267)	(632)	(637)
	<u>(4.356)</u>	<u>(12.187)</u>	<u>(3.773)</u>	<u>(4.877)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas			7.839	7.839
Variações cambiais passivas			(413)	(2.293)
			<u>5.546</u>	<u>5.546</u>
Resultado financeiro	<u>(3.226)</u>	<u>(10.445)</u>	<u>3.698</u>	<u>935</u>

Notas Explicativas

24 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar			7.323	488
Integralização de capital (Nota 1.2)		673.588		673.588
Dividendos liquidado com operação de mútuo		(7.046)		(7.046)
Empréstimos e financiamentos liquidados com operação de mútuo				(13.743)
Aquisição de imobilizado liquidado com operação de mútuo				(41.432)
Aquisição de propriedade para investimento liquidada com operação de mútuo				(9.763)
Baixa dos direito do Acordo (Nota 1.3)	(5.627)		(5.627)	
Baixa das obrigações do Acordo (Nota 1.3)	5.667		5.667	

25 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período (Nota 19). Em 30 de junho de 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeitos diluidores.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	2022		2021	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	3.010	3.325	(5.127)	18.272
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	96.227	96.227	3.939	3.939
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	0,0313	0,0346	(1,3016)	4,6387

26

Compromissos

26.1 Contrato de parceria agrícola

A controlada TS Brasil possuía contrato de parceria agrícola mantida com a TESA. A TS Brasil cedia para exploração 39.326 hectares úteis (39.326 hectares em 2020), com as culturas de soja, milho e algodão, contemplando uma participação em 2021, de 25% da produção bruta para grãos e 13% para algodão em pluma, a qual é liquidada conforme o cronograma de colheitas efetuadas, o qual foi distratado em 3 de agosto de 2021.

Notas Explicativas

26.2 Contrato de arrendamento de terras

Conforme divulgado nas Notas 1.2 e 17, o Grupo mantém contratos de arrendamento de suas propriedades agrícolas com a TESA, vigente a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2041. O fluxo estimado de receita desses contratos de arrendamento operacional está divulgado na Nota 21.

27 Informação por segmento

O Grupo opera como um único segmento operacional que se refere a exploração de propriedades para a produção agrícola. No entendimento da diretoria, a alteração da forma de exploração dessas propriedades agrícolas não impacta nas análises de segmentos operacionais, uma vez que o Grupo continua operando como uma única unidade de negócio, a qual é controlada, gerenciada e monitorada pela diretoria de forma integrada.

Essa definição foi baseada na forma que a Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia realiza a gestão das operações originadas nas terras de propriedade do Grupo.

No período findo em 31 de março de 2021, a TESA (ainda na condição de controladora do Grupo) individualmente representou 100% das vendas realizadas. A partir de 1º de setembro de 2021, as receitas de arrendamento operacional foram 100% obtidas com a TESA, já operando com controladores diferentes.

* * *

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico

Nayra Ariane Bruce
Contadora

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase Informações contábeis comparativas

Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às informações contábeis intermediárias, que descrevem que nas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, estão contidas operações realizadas pela TS Brasil S.A. antes da integralização de suas ações na Companhia em 31 de março de 2021, no contexto da reorganização de capital do controlador comum à época da reorganização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 9 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.

40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 30 de junho de 2022, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 09 de agosto de 2022.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.

40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 30 de junho de 2022, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 09 de agosto de 2022.

José Humberto Prata Teodoro Júnior
Diretor Presidente

Cesar Henrique Gallo do Prado
Diretor Administrativo e Jurídico